

A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DE VISEU NA ÉPOCA ROMANA

JOÃO LUIS INÊS VAZ
(Universidade Católica Portuguesa – Viseu)

RESUMO

A ocupação bimilenar do espaço que onde hoje assenta Viseu é o tema deste artigo. O autor começa por dar uma breve noção das teorias da ocupação do espaço em arqueologia, referindo-se às características principais da ocupação do espaço na *Civitas* de Viseu na época romana. As conclusões expostas são retiradas da observação de cerca de trezentas estações romanas inventariadas até ao momento.

O que era o sítio de Viseu quando os Romanos aqui chegaram? Quais as principais alterações que eles introduziram? Como delimitaram o espaço urbano e organizaram o espaço interior na nova cidade? São questões a que se procura dar resposta.

ABSTRACT

The bimillennarian occupation of the land where Viseu is now, is this article's subject. The author starts by giving a brief notion of space occupation theories in archaeology, referring the main characteristics of the occupation of the *Civitas* location in Viseu in the roman era. The conclusions on display are drawn from observation of around three hundred inventoried roman sites to this day.

What was the place of Viseu when the Romans arrived here? What were the main alterations they introduced? How did they delimit the urban space and organized the interior of the new city? Are questions that are answered.

*

A forma como as estações arqueológicas se distribuem num determinado espaço geográfico, é um problema que desde há algumas décadas preocupa os arqueólogos que compreenderam que esse estudo é fundamental para entender algumas questões importantes como sejam o estudo da economia ou a hierarquização entre os povoados antigos habitados pelo homem e hoje muitas vezes abandonados ou o relacionamento destes com as condições naturais de um território.

O estabelecimento das trocas entre regiões (com circuitos comerciais organizados ou apenas existentes na prática), a circulação de produtos só se poderá estabelecer a partir do inventário dos sítios e dos vestígios neles encontrados.

O conhecimento de caminhos antigos ou mesmo milenares, que apenas eram necessários porque ligavam lugares habitados, só se pode fazer com o reconhecimento dos sítios arqueológicos e a sua distribuição no espaço.

Para o tempo que nos interessa, a dominação romana no território português actual, será sobretudo a forma como a administração pública se exercia em determinada época que poderá retirar-se do estudo da arqueologia espacial.

A base de qualquer trabalho deste tipo de Arqueologia será sempre um conhecimento pleno das estações de uma determinada região, adquirido através de um levantamento exaustivo de trabalhos de campo. Assim, um trabalho deste género, independentemente da época sobre que se vai trabalhar, terá que partir sempre de um prévio e aprofundado estudo do território.

A análise da ocupação do espaço tem sido tarefa fundamental da chamada Arqueologia Espacial, tão divulgada pelos geógrafos e arqueólogos ingleses (Christaller, Hodder e Orton)¹ e surgiu apenas nas últimas décadas do século XX.

A arqueologia espacial baseia-se na noção geográfica de lugar central, lugar que seria o centro administrativo, político e religioso de uma determinada região existindo outros lugares, por conseguinte, considerados secundários. Estabeleceu-se assim uma hierarquização dos lugares com uns mais importantes e outros menos importantes, subordinando-se estes àqueles.

O lugar central exerce sobre os outros um efeito de atracção que leva estes a um relacionamento preferencial com aquele. Por outro lado, quanto maior e mais importante for a povoação, maior a atracção exercida. E se ainda hoje assim é, apesar de as deslocações se efectuarem com muita mais facilidade do que nos séculos ou milénios anteriores, deveremos pensar que seria muito maior ainda essa atracção nesses tempos.

Assim, esta noção de geográfica de lugar central passou a aplicar-se à análise da distribuição espacial das estações arqueológicas,

¹ A título de exemplo, veja-se Ian Hodder e Clive Orton, *Spatial Analysis in Archaeology*, Cambridge, 1976.

tentando-se determinar quais seriam os esses lugares centrais e quais seriam os secundários.

Põe-se, porém, desde logo, um problema: que critérios seguir para estabelecer estes lugares centrais?

Se dividirmos, de uma forma cega, com régua e esquadro, o território entre os povoados antigos vamos formar uma rede de polígonos que nos dá uma curiosa rede poligonal de territórios entre os povoados. Os territórios assim formados seriam os territórios de influência de um povoado ou de uma estação arqueológica. Formaram-se assim figuras geométricas com áreas mais ou menos regulares que determinaram a existência de três tipos de povoados, lugares centrais, lugares secundários e lugares terciários. Foi assim que surgiram os chamados hexágonos de Christaller e os polígonos de Thiessen².

Outro tipo de análise parte da verificação de uma determinada zona de exploração em redor dos povoados, valorizando-se os terrenos mais próximos de um povoado, método estabelecido por Davidson e Bailey³. Quanto mais próximos, maior a valorização e quanto mais afastados, menos pretendidos. Ainda hoje, os terrenos rurais localizados a uma hora de caminho pedestre ou os localizados a quinze minutos têm um valor totalmente diferente.

Assim sendo, parte-se sempre do princípio genérico de que existe um território potencial de exploração ótima à volta de um determinado povoado.

O que é necessário é estabelecer critérios para determinar quais são os lugares principais e quais são os outros. E se para as épocas históricas, com informação escrita, é muitas vezes difícil estabelecer esses povoados, mais difícil é, no entanto, para as épocas pré e proto-

² São muitos os trabalhos que hoje existem sobre arqueologia espacial. Um dos mais seguidos continua a ser Hodder, 1976. As primeiras tentativas sérias de aplicação da análise espacial ao território português foram publicadas no volume *Arqueologia Espacial*, 12, actas do Colóquio que sobre o mesmo tema se realizou em Lisboa, em 1988.

A determinação das "áreas potenciais de exploração dos territórios dos povoados" proto-históricos, com base em Davidson e Bailey, foi feita entre nós por Manuela Martins (1990, p. 211-216) para a região do Cávado.

Para a época romana, um excelente exemplo de análise espacial é constituído pelo trabalho de Jorge Alarcão, *Geografia política e religiosa da civitas de Viseu* (1989).

³ I. DAVIDSON e G. N. BAILEY, Los yacimientos sus territorios de explotación y la topografía, *Boletim del Museo Arqueologico Nacional*, 2, Madrid, 1984, p. 25-26.

históricas. Nada nos garante, por exemplo, que um determinado povoado proto-histórico só porque tem uma área maior ou nele foi encontrada maior quantidade de objectos fosse efectivamente o povoado mais importante. O facto de haver um maior número de antas numa determinada região ou uma anta mais monumental, significará uma maior importância do lugar da sua implantação?

Seguindo os autores citados, os resultados obtidos apontam para uma distância entre os lugares centrais de cerca de 33 quilómetros uns dos outros e resulta um outro tipo de lugares, os secundários, distantes cerca de 10,5 quilómetros dos primeiros e ainda um terceiro tipo de povoados que distariam entre si 6 a 10 quilómetros⁴.

Em Portugal, o Prof. Jorge Alarcão tem sido, sem dúvida, um dos maiores estudiosos e divulgadores deste tipo de arqueologia⁵ que não só se impôs a si próprio este tipo de estudos, como incentivou muitos dos seus alunos e orientandos a interessarem-se pelo espaço arqueológico levando-os a estudos sobre determinadas regiões⁶.

Para a época proto-histórica da região de Viseu, há um estudo do Professor João Carlos Senna-Martinez que aplica os polígonos de Thiessen aos castros da Idade do Bronze integrados na cultura tipo Baiões/Santa Luzia⁷ e eu próprio procedi à análise das áreas potenciais de exploração dos territórios dos povoados proto-históricos da região de Viseu com base na teoria de Davidson e Bailey⁸.

No entanto, os modelos assim obtidos para uma região podem não servir exactamente nos mesmos moldes para outra, pelo que haverá

⁴ Ian Hodder e Clive Orton, *Spatial Analysis in Archaeology*, Cambridge, 1976. Esta questão também foi tratada para a região de Viseu, em João L. Inês Vaz, *A civitas de Viseu – Espaço e Sociedade*, Viseu, 1997, p. 403-410.

⁵ Entre os muitos artigos do Prof. Jorge Alarcão, veja-se *Geografia política e religiosa da civitas de Viseu*, Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu, Viseu, 1989, p. 305-314.

⁶ - Ver a este propósito os casos das teses de doutoramento orientadas pelo Prof. Jorge Alarcão sobre as áreas romanas de Entre Cávado e Minho (Professora Manuela Martins, da Universidade do Minho), Beja (Professora Conceição Lopes, da Universidade de Coimbra) e Viseu (João Vaz, da Universidade Católica), teses que trouxeram conhecimentos que possibilitaram o avanço dos estudos arqueológicos dessa região e em que o estudo do espaço ocupa parte substancial.

⁷ João Carlos de Senna-Martinez, *O Outro lado do comércio orientalizante: aspectos da produção metalúrgica no pólo indígena, o caso das Beiras portuguesas*, El Período Orientalizante – Actas del III Simposio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental, Anejos de Archivo Espanol de Arqueologia, 2005, p. 901-910.

⁸ João L. Inês Vaz, *Organização espacial castreja na Civitas de Viseu*, *Mathesis*, 5, 1996, p. 149-162.

que ter em conta, sobretudo as características topográficas e as potencialidades económicas da zona em estudo.

Deixando de lado estes aspectos mais teóricos, vamos agora ver algumas características da ocupação romana na área da *civitas* de que Viseu era capital⁹.

Nas quase três centenas de estações arqueológicas romanas que levamos inventariadas nesta zona, em que se incluem os castros romanizados, quase duas centenas situam-se a menos de 500 metros de altitude. São cerca de 75% e só 25% se localizam acima daquela cota. Verifica-se assim que os novos estabelecimentos lançados pelos Romanos se localizam quase todos numa cota inferior a 500 m. Se subdividirmos ainda o grupo das estações localizadas a menos de 500 metros, temos que 113 se situam a uma cota inferior a 400 metros, o que representa cerca de 45% e 79 entre os 400 e 500 metros, cerca de 32% do total das estações, números que se podem considerar verdadeiramente significativos.

Devemos concluir, naquilo que à altitude diz respeito, que os Romanos procuraram na *civitas* de Viseu zonas de altitude média e de meia-encosta, podendo isso explicar o abandono de muitos povoados anteriormente habitados. Isso explicará também porque é que a zona da plataforma do Dão/Mondego é a mais densamente povoada com *villae*, casais e outros habitats romanos e, pelo contrário, as zonas das serras do Montemuro, Caramulo e Lapa, perfeitamente marginais em relação a estas características, são zonas onde se localizam os povoados fortificados pré-romanos e onde o povoamento romano é muito menos intenso. Nestas zonas, mantiveram-se alguns castros, os situados perto de explorações mineiras ou pontos estratégicos para a vigilância das vias entretanto construídas, mas poucos novos estabelecimentos se fizeram. Outro factor foi a proximidade em relação às linhas de água que lhes passavam encostadas às muralhas ou mesmo dentro. Podem apontar-se como exemplos de posição estratégica os castros de Santa Luzia, bem próximo de Viseu e que dominava um cruzamento de vias romanas e o castro de Paços de Vilharigues que dominava uma via romana que ia de Viseu para o litoral e que do alto do castro era visível durante muitas milhas. Só a proximidade da zona mineira da Serra da Arada poderá explicar a manutenção do castro da Cárcoda que, além disso é atravessado por uma forte linha de água.

⁹ João L. Inês Vaz, *A civitas de Viseu – Espaço e Sociedade*, Viseu, 1997.

Outra característica que se nota no povoamento romano é que se preferem as zonas de meia-encosta, viradas a sul, sudeste ou sudoeste. Além do aproveitamento do sol para as culturas agrícolas, estas encostas são zonas com nascentes de água e que têm acesso fácil aos cursos de água que lhes passam na base. A existência da água foi sempre um factor importante na localização dos Romanos. Columela (I, V) aconselha os seus concidadãos a estabelecerem-se sempre onde haja água suficiente e de qualidade para as pessoas e animais e água abundante para os trabalhos agrícolas. Ora, as meias encostas e os lugares mais baixos junto aos rios proporcionavam estes tipos de água.

Em relação a estas características, não há dúvida de que Viseu reunia condições para os Romanos aproveitarem o pequeno castro pré-existente. Viseu está situada a 450 metros de altitude, tem o rio Pavia a correr-lhe aos pés, ocupa uma posição de centralidade em relação a toda uma região natural definida por rios e serras: os rios Mondego e Paiva, a sul e a norte respectivamente, o Dão que se vai lançar no Mondego cortando a região a meio, a ribeira da Muxagata, a oriente, para só citarmos os principais; o Caramulo a oeste, a Serra da Estrela, a sudeste, a serra da Lapa/Nave a noroeste e ainda o Montemuro a norte completam esta região naturalmente definida por rios e serras. Além disso, Viseu está localizada no centro da antiga Lusitânia, qualquer que seja a aceção geográfica em que tomemos a palavra, a pré-romana ou a romana. Assim, não admira que os Romanos tenham aproveitado o pequeno povoado ali pré-existente.

Refundaram, no entanto, totalmente a cidade estendendo a cidade para fora da sua muralha primitiva (ainda não encontrada), aumentando-lhe a área, criando as principais estruturas de uma cidade romana, dando-lhe um urbanismo próximo do hipodâmico que antes não existia.

Com o imperador Augusto assiste-se a uma política sistemática de criação de novas entidades supra-étnicas, as *civitates*, com fronteiras bem demarcadas, com o objectivo da pacificação total e final dos povos indígenas, com novos nomes que poderão ter uma origem anterior, no caso de serem etnias dominantes ou com novos nomes romanos sob que se agruparam anteriores pequenas tribos numa tentativa de *damnatio memoriae* dos nomes indígenas. A criação das *civitates*, entre elas a que se localizava em Viseu, aparece-nos assim como um acto deliberado da vontade imperial com o objectivo de construção da paz entre estes povos indígenas.

A refundação de Viseu é, pois, um acto político-administrativo da vontade de Augusto que tem como função dotar uma nova *civitas* de uma capital.

Os povos da região são agrupados sob uma designação romana, os *Interannienses*, significado pleno de sentido se pensarmos na hidrografia da *civitas*, limitada a norte, sul e oriente por linhas de água. Esta designação significa que não havia um povo que fosse dominante e por isso se adopta uma designação romana. Por outro lado, desconhecemos o nome do povoado que existia em Viseu, o que significa uma espécie de *damnatio memoriae* dos nomes indígenas anteriores. Esta *damnatio memoriae* poderia ser forçada, com os Romanos a imporem a sua força, ou poderia ter sido um processo natural em que os povos indígenas esqueceram a sua própria língua no processo de integração na nova sociedade.

Como se organizava o espaço dentro da cidade romana de Viseu? A cidade estaria rodeada de muralhas, como se pensava e recentemente se confirmou com a descoberta de um troço da muralha, datado provavelmente do século III.

O percurso da muralha da cidade romana no século III, que repetiria em grande parte a muralha do século I, seguiria pelo Largo Mouzinho de Albuquerque, subiria à rua do Carvalho, directa pela Calçada da Vigia até ao Largo da Misericórdia, rua do Chão do Mestre, atravessaria a meio do Mercado 2 de Maio, directa à rua Formosa e Santa Cristina, do lado norte do Cruzeiro, encostada ao lado oriental da Rua de João Mendes (ou das Bocas) até ao Largo Mouzinho de Albuquerque.

Dentro de muralhas, o urbanismo obedeceria a um traçado mais ou menos ortogonal com ruas actuais a seguirem muito perto do traçado romano. Vamos determiná-lo tendo em conta os vários achados romanos que se têm feito em Viseu.

A rua Direita corresponderia sensivelmente ao *cardo maximus* e a rua do Gonçalinho e a rua Augusto Hilário, continuada pela rua da Árvore, seriam uma o *decumanus maximus* e outra um *decumanus minor*. A actual rua das Bocas seria um *cardo minor* encostado à muralha e um outro passaria no traçado da actual Avenida Capitão Silva Pereira. Formar-se-iam assim várias *insulae* de que apenas se conhece uma que se localizava na esquina das actuais ruas do Gonçalinho e Prebenda.

As necrópoles localizavam-se como habitualmente junto das portas da cidade, no lado exterior. Estão neste momento localizadas

três grandes necrópoles, junto de outras tantas portas da cidade: na Avenida Emídio Navarro, em S. Miguel e em Santa Cristina/Cerrado. Delas vieram uma dúzia de inscrições que se encontram espalhadas por vários lugares.

Estas necrópoles e a sua localização levam-nos a pensar que do lado oriental a cidade teria duas portas, uma por alturas de Santa Cristina e outra ao fundo da Rua João Mendes, no cruzamento com a Rua do Gonçalinho.

A construção das capelas de S. Miguel, Santo Amaro/Santa Cristina, S. Luís/Senhora da Conceição e S. Sebastião deverão estar relacionadas exactamente com a existência de necrópoles romanas em outras tantas portas. Embora os edifícios actuais sejam construções relativamente recentes, a verdade é que deverão ocupar lugares antigos que antes tinham servido para o culto pagão e que com o Cristianismo se tornaram em lugares predestinados. Seria uma forma de cristianizar lugares de enterramento pagãos que os cristãos continuaram a usar, como no caso de S. Miguel onde os enterramentos se mantiveram até à sua proibição nas igrejas em meados do século XIX. As outras portas da cidade estariam uma no extremo norte do *cardo maximus*, ou seja ao fundo da Rua Direita e outra no lado sul, poucos metros abaixo do sítio denominado actualmente quatro esquinas. Do lado virado ao rio Pavia deveria existir também uma porta cuja localização é impossível de fazer com os dados de que dispomos neste momento.

A presença romana no espaço que actualmente ocupa Viseu não se circunscreveu, no entanto, à cidade, mas nos seus arredores instalou-se um acampamento romano que a tradição tem relacionado directamente com Viriato por isso lhe chamando “Cava de Viriato”.

De todos os monumentos que existem em Viseu, este é que tem merecido a atenção dos historiadores e escritores e é por esta via que se tem feito a ligação de Viseu a Viriato. Apesar de tudo, continua a ser o monumento menos conhecido e mais enigmático de Viseu e mesmo do Portugal romano. Actualmente pensa-se que Cava terá sido originalmente um acampamento romano cuja localização foi depois aproveitada por Almançor para estabelecer o seu quartel-general quando daqui partiu para conquistar S. Tiago de Compostela.

Além da Cava, nos arredores da cidade romana, estabeleceram-se muitas *villas* e outros *habitats* romanos que nunca chegaremos a poder definir e conhecer integralmente porque foram ocupados pelos novos bairros residenciais. Desses lugares ficam para a História a memória e

relato de quem ainda viu os vestígios romanos existentes¹⁰. A título de exemplo poderemos apontar Repeses, Mesuras, Cerrado, a Esculca ou Santo Estevão como lugares que se estabeleceram sobre antigos habitats ou nas proximidades de antigos habitats.

O homem passa, os vestígios permanecem, a memória fica e assim aconteceu com o espaço de Viseu nos últimos milhares de anos.

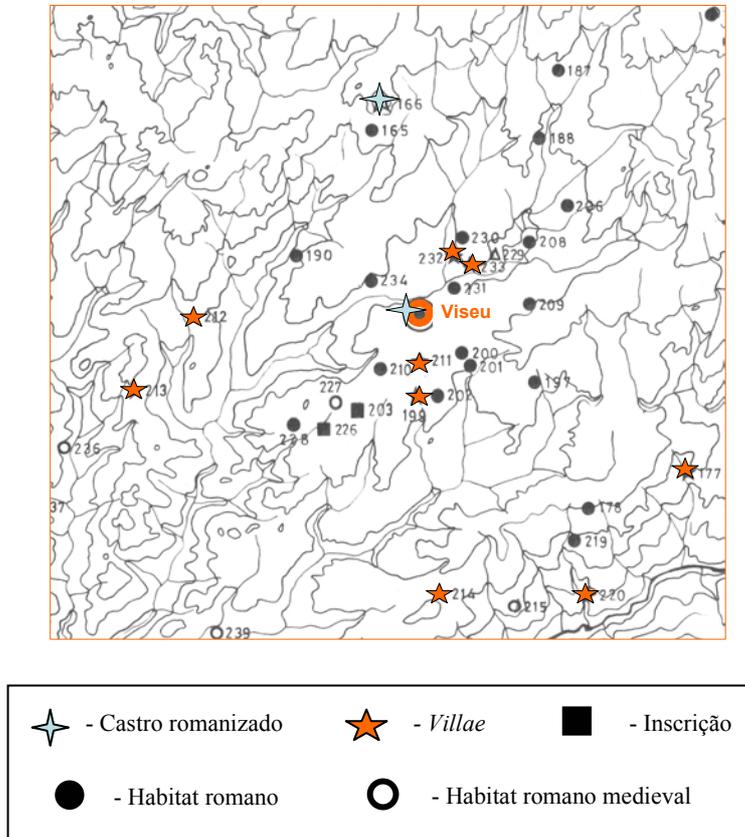


Fig. 1 - Estações romanas em redor de Viseu

¹⁰ – Ver inventário dos lugares dos arredores de Viseu que eu próprio ainda pude visitar em João L. Inês Vaz, *A civitas de Viseu – Espaço e Sociedade*. Viseu, 1997, p. 124-167.

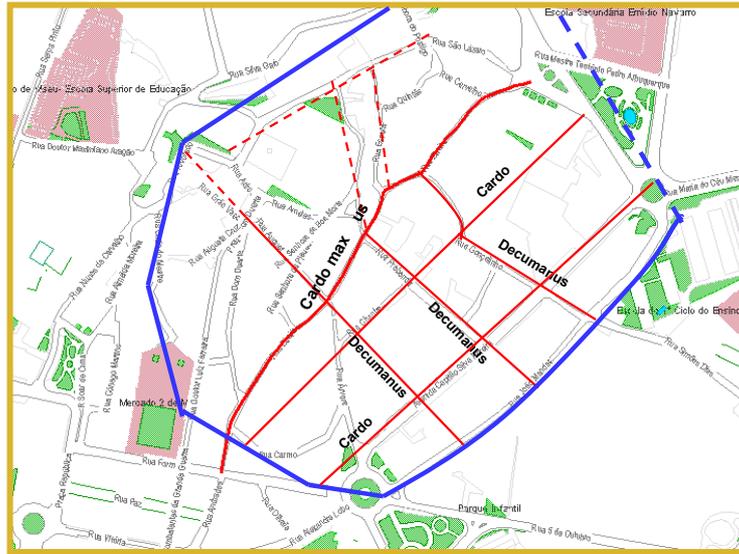


Fig. 2 - Malha urbanística da cidade romana de Viseu sobreposta às ruas actuais

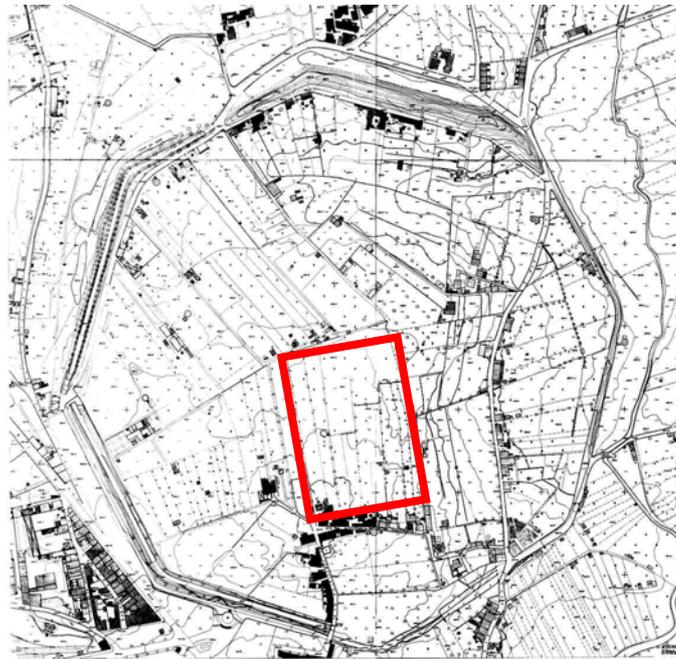


Fig. 3 - Planta do octógono da Cava de Viriato e possível acampamento romano



Fig. 4 - Vista aérea da Cava de Viriato e fosso



Fig. 5 - A Cava de Viriato e o fosso na actualidade